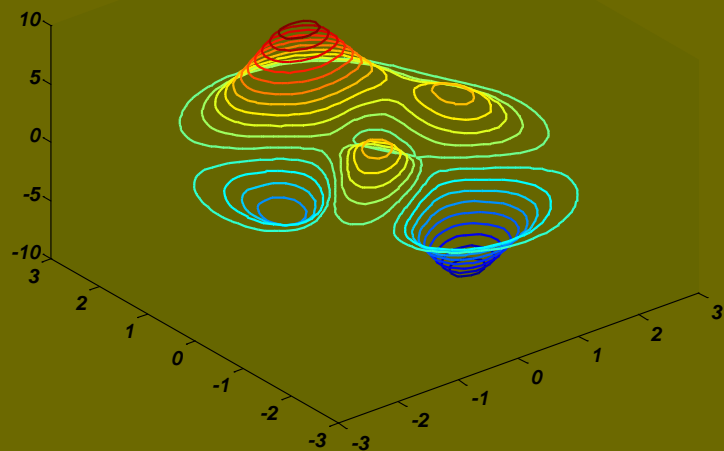


Centro de Economia Aplicada

Boletim UFS de Conjuntura

Abril, 2012



Cenário Internacional
Economia Brasileira
Economia Sergipana
Tema Setorial:

*Notas sobre a Indústria Calçadista e a
Competitividade dos Estados no Brasil.*



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA**

Avenida Marechal Rondon, S/N
Jardim Rosa Elze, São Cristóvão/SE
CEP: 49.100-000
Telefones: (79) 2105-6774, (79) 2105-6811

O **Boletim UFS de Conjuntura** é uma publicação trimestral do Centro de Economia Aplicada da Universidade Federal de Sergipe. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, o ponto de vista do Departamento de Economia ou do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia.

Índice

1. Cenário Internacional	03
Atividade econômica	03
Comércio internacional	04
Preços	05
2. Economia Brasileira	07
Atividade econômica	07
Inflação e política monetária	11
Finanças públicas	14
Setor externo	16
3. Economia Sergipana	18
Atividade econômica	18
Crédito	20
Finanças públicas	21
Balança comercial	23
4. Tema Setorial: Notas sobre a Indústria <i>Calçadista e a Competitividade dos</i> <i>Estados no Brasil</i>	24

Equipe Técnica

Luiz Rogério de Camargos (coordenador)
Antony Peter Mueller
Fernanda Esperidião
José Ricardo Santana
Marco Antonio Jorge
Wagner Nóbrega
Denísia Araújo Chagas (colaboradora)

Equipe de Apoio

Ana Carolina Monteiro Rebêlo
Ítalo Spinelli da Cruz

1. Cenário Internacional

A economia mundial permanece em estado fraco. A estagnação na Europa continua e nos Estados Unidos ainda não se verificou uma recuperação mais vigorosa. As políticas monetárias da Europa, Japão e dos EUA mantêm taxas de juros em níveis extremamente baixos. Em contraste com os Estados Unidos e Japão, o grupo de países europeus, que concluiu o pacto fiscal, tenta praticar políticas orçamentárias mais restritivas.

O crescimento econômico nos países industrializados desacelerou-se em 2011, de 3,1% no último trimestre de 2010 para 1,6% no último trimestre de 2011. Na área do Euro, caiu de 2,0% para 0,7%. A Alemanha, que teve um desempenho relativamente forte até o final de 2010, crescendo 3,8% no último trimestre de 2010 e 4,6% no primeiro trimestre de 2011, registrou 2,0% no final de 2011. Enquanto o Reino Unido conseguiu manter sua taxa de crescimento em território positivo entre o final de 2010 até o final de 2011 - 1,3% no último trimestre de 2010 e 0,8% no último trimestre de 2011 - a economia japonesa registrou taxas negativas. Após encerrar o último trimestre de 2010 com crescimento de 2,5%, todos os trimestres em 2011 no Japão apresentaram variações negativas: -0,6% no primeiro trimestre e -0,6% no final de 2011.

A produção industrial recuou ainda mais do que o Produto Interno Bruto (PIB) em todos os países em análise. A produção industrial recuou nos EUA de 5,8% para 0,9% e na Área do Euro, de 8,1% para 0% no último trimestre de 2011.

1.1 Atividade Econômica

Tabela 1.1 - Produto Interno Bruto

Países selecionados	Variação ^{1/} (%)				
	2010 4ºTri	2011 1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri
Estados Unidos	3,1	2,2	1,6	1,5	1,6
Área do Euro	2,0	2,4	1,7	1,4	0,7
Alemanha	3,8	4,6	2,9	2,6	2,0
Reino Unido	1,3	1,6	0,6	0,5	0,8
Japão	2,5	-0,6	-1,0	-0,2	-0,6

Fonte: FMI

1/ Trimestre/ trimestre do ano anterior; séries com ajuste sazonal.

Tabela 1.2 - Produção Industrial

Países selecionados	Variação ^{1/} (%)				
	2010 4ºTri	2011 1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri
Estados Unidos	5,8	2,7	0,8	0,8	0,9
Área do Euro	8,1	6,8	3,9	4,0	0,0
Alemanha	13,0	13,6	9,2	10,1	4,2
Reino Unido	2,9	1,2	-1,4	-1,6	-3,0
Japão	4,7	-2,5	-7,2	-1,8	-0,8

Fonte: FMI

1/ Trimestre/ trimestre do ano anterior; séries com ajuste sazonal.

1. Cenário Internacional

Na Alemanha, a taxa de crescimento da produção industrial baixou de 13,0% para 4,2%. A taxa do crescimento da produção industrial do Reino Unido mante-se negativa ao longo do ano, como foi o caso do Japão.

Por enquanto não há sólidas expectativas sobre uma recuperação da economia mundial durante 2012. Dado que grande parte da política monetária e fiscal já está gastada e considerando ainda, o alto endividamento das grandes economias industrializadas, o crescimento econômico continuará débil.

No comércio internacional, as tendências estabelecidas no passado continuam em sua trajetória. Os Estados Unidos, assim como o Reino Unido, continuam apresentando déficit nas transações correntes, enquanto Alemanha, Japão e China mostram excedentes.

É notável que, enquanto o saldo da conta corrente americana e britânica se agravaram, os superávits na Alemanha, Japão e China recuaram. Isso sugere que uma parte crescente do déficit em conta corrente americano e britânico é devido às importações provenientes de países não-industrializados. O aumento do preço do petróleo tem um impacto negativo sobre a economia global e enche os cofres dos países exportadores de petróleo.

Resta ver se essas tendências se manterão. Os déficits em conta corrente dos Estados Unidos são altamente persistentes. Ao longo das últimas décadas, a economia dos EUA mudou sua estrutura de economia produtiva para outra que está profundamente dependente de importações estrangeiras. Permanece a questão sobre quanto tempo os credores estrangeiros vão tolerar esta dependência financiando os elevados déficits em conta corrente dos Estados Unidos.

1.2 Comércio Internacional

Tabela 1.3 - Conta Corrente

Países selecionados	% PIB				
	2010	2011			
	4ºTri	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri
Estados Unidos	-3,0	-2,6	-3,4	-3,5	..
Área do Euro	0,1	-1,3	-0,9	0,0	
Alemanha	7,4	5,6	4,2	5,4	5,5
Reino Unido	-3,4	-2,0	-1,6	-4,6	
Japão	3,1	3,4	1,3	2,6	1,5
China	5,3	2,0	3,5	3,0	

Fonte: FMI

Tabela 1.4 - Taxas de juros oficiais

Países selecionados	Média no período (% a.a)				
	2011				2012
	fev	maio	ago	nov	fev
Estados Unidos	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
Área do Euro	1,00	1,25	1,50	1,25	1,00
Reino Unido	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
Japão	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10
China	6,06	6,31	6,56	6,56	6,56

Fonte: FMI

1. Cenário Internacional

Nas grandes economias industrializadas, a política monetária implantou taxas de juros perto de zero, e assim não podem baixar muito mais. Até o final de 2012, os Estados Unidos adotaram uma taxa de juros oficial de 0,25%, enquanto a taxa correspondente foi de 1% na Área do euro, 0,50% a.a. para o Reino Unido e 0,10% no Japão. A China manteve sua taxa estável acima de 6% para desacelerar sua economia.

As taxas de juros oficiais na Europa, nos EUA e no Japão chegaram ao seu ponto final: zero bound. Pouco mais pode ser feito na política monetária. A expectativa do passado de que taxas de juros baixas poderiam estimular a atividade de investimentos não foi confirmada. A carga de estímulo direcionou-se para a política fiscal expansiva, mas também aqui os resultados dos estímulos têm sido decepcionantes, porque as grandes economias industrializadas sofrem de dívidas públicas altas.

A crise da dívida europeia deixou sua marca na taxa de câmbio do dólar/euro. Durante o ano de 2011 o euro se apreciou em relação ao dólar de 1,44 para 1,29 dólares por euro. As intervenções dos governos do Japão e da China limitaram uma valorização ainda mais forte do dólar contra o iene japonês e o yuan chinês. Intervenções maciças somadas à desaceleração da expansão econômica brasileira levaram a uma recuperação do dólar em relação ao real. O dólar americano se depreciou dramaticamente a partir do último trimestre de 2010 até o primeiro trimestre de 2011 como é mostrado por uma taxa de câmbio do real contra o dólar americano de 1,67 para 1,59 reais por dólar. Depois o dólar voltou a se valorizar, alcançando 1,59 no primeiro trimestre de 2011 até atingir 1,79 no último trimestre desse ano.

1.3 Preços

Tabela 1.5 - Cotações do dólar

Moedas selecionadas	Média no período				
	2011		2012		
	jan	abr	jul	out	jan
Dólar/Euro	1,34	1,44	1,43	1,37	1,29
Dólar/libra esterlina	1,58	1,63	1,61	1,58	1,55
Iene/dólar	82,61	83,35	79,40	76,77	76,98
Yuan/dólar	6,60	6,53	6,46	6,36	6,32
Real/dólar	1,67	1,59	1,56	1,77	1,79

Fonte: FMI

Tabela 1.6 - Ouro e principais commodities

	Cotações fim de período				
	2011		2012		
	fev	maio	ago	nov	fev
Ouro ^{1/} - NY	1409,9	1535,9	1829,3	1745,5	1711,3
Petróleo Brent ^{2/}	111,8	116,7	114,9	110,5	122,7
Milho ^{3/}	722,5	747,5	757,5	601,3	656,5
Café ^{4/}	271,7	264,6	289,1	233,8	203,2
Soja ^{3/}	1357,3	1376,0	1449,0	1131,3	1313,5
Açúcar ^{4/}	32,5	23,2	29,7	23,7	25,7
Trigo ^{3/}	782,5	782,3	745,3	595,8	664,3

Fonte: Bloomberg

1/US\$/oz-troy

2/US\$/barril

3/Cents \$/bu

4/Cents \$/lb

Dadas as incertezas globais, a crise da dívida soberana na Europa, a crise financeira nos Estados Unidos e a fraqueza em curso da economia japonesa, não é nenhuma surpresa que o preço do ouro continue a subir. De fevereiro 2011 até fevereiro de 2012, o preço do ouro passou de 1410 dólares por onça a 1711 dólares por onça fazendo do ouro um dos melhores investimentos do ano de 2011. Da mesma forma, durante esse período, o petróleo estava em alta, com um aumento de preço de 111,8 dólares por barril para 127,7 dólares por barril.

Depois de um forte aumento de preços nos últimos anos, os preços para milho, soja açúcar, café e grãos baixaram um pouco em 2011, mas em comparação com a década passada, eles ainda são relativamente altos. Junto com o preço alto do petróleo, as commodities certamente pressionarão a inflação. Até o momento, foi o baixo nível de atividade das grandes economias industrializadas que evitou que uma política monetária frouxa não desencadeasse uma inflação global mais acentuada.

Como a política monetária expansiva nos Estados Unidos produz um forte aumento da liquidez internacional, a tendência de preços mais altos para o ouro e para os produtos da agricultura está firmemente estabelecida. Dado que a conjuntura mundial está fraca, os bancos centrais vão mostrar resistência na implantação de políticas monetárias restritivas, mesmo sob o risco de uma inflação maior no futuro. Atualmente, o fator mais incerto no contexto internacional da previsão dos preços das commodities encontra-se na performance da economia chinesa nos próximos meses.

Antony Peter Mueller

2. Economia Brasileira

Comércio

O comportamento da atividade comercial apresentou uma tendência de crescimento, responsável em boa medida pela manutenção do índice de atividade da economia, medido pelo Banco Central.

O nível de atividade manteve-se estável em 2011, com pequena tendência de alta, no primeiro trimestre de 2012, como mostra o IBC-BR, no Gráfico 2.1. Nesse período, o IBC-BR mostrou crescimento de 5,4%, em relação a janeiro de 2010. Esse comportamento foi impulsionado pelo desempenho do comércio, que cresceu 17,7%, em relação a janeiro de 2010, compensando a queda de 1,6% no desempenho da indústria, no mesmo período.

A atividade comercial, como mostra a Tabela 2.1, apresentou taxa de crescimento positiva, no trimestre encerrado em janeiro de 2012, tanto no comércio varejista (2,8%) quanto no comércio ampliado (3,4%), mostrando uma tendência de aceleração em relação ao trimestre encerrado em janeiro de 2011.

No comércio varejista, a tendência de crescimento manteve-se durante todo o período analisado. Os segmentos que ficaram acima da média, no trimestre encerrado em janeiro de 2012, foram móveis e eletrodomésticos (3,3%) e equipamentos e materiais para escritório e informática (9,9%). Já no comércio ampliado, houve uma retração no trimestre encerrado em outubro de 2011, com recuperação da tendência de alta do trimestre encerrado em janeiro de 2012. Nesse último trimestre, os segmentos de automóveis e motos (com 5,9%) e material de construção (com 5,0%) tiveram crescimento de destaque.

José Ricardo de Santana

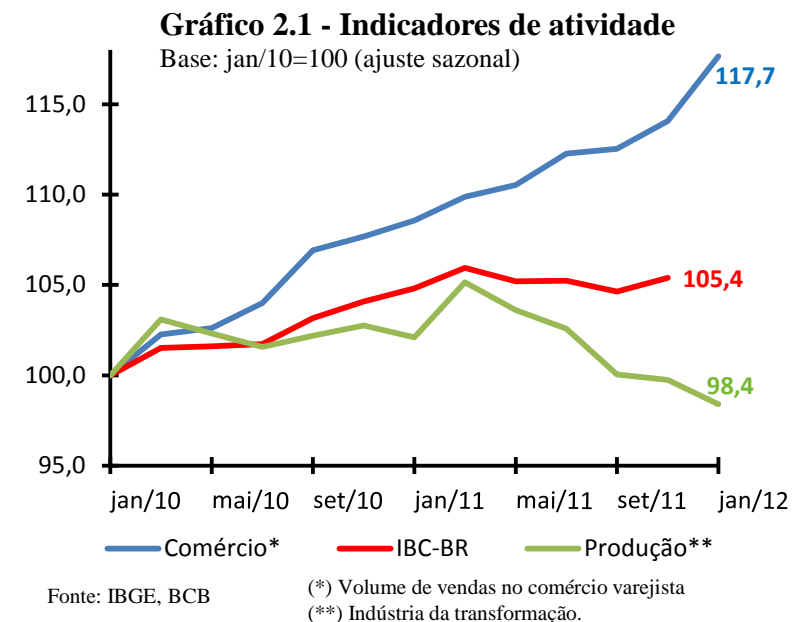
2.1 Atividade Econômica

Tabela 2.1 - Volume de vendas no Comércio

	Variação ^{1/} (%)				
	2011		2012		
	jan	abr	jul	out	jan
Comércio varejista	1,2	1,3	1,6	1,0	2,8
Combustíveis e lubrif.	0,6	0,1	-1,3	0,4	1,0
Hiper e supermercados	0,2	1,1	1,1	1,0	2,8
Móveis e eletro.	5,6	3,5	3,2	2,0	3,3
Eq. e mat. p/ esc., inf. e com.	2,0	-0,7	17,8	1,4	9,9
Comércio ampliado	2,1	1,3	1,4	-1,3	3,4
Automóveis e motos	5,2	0,3	0,7	-5,7	5,9
Material de construção	2,6	2,0	1,2	0,1	5,0

Fonte: IBGE

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.



2. Economia Brasileira

2.1 Atividade Econômica

Indústria

O desempenho da atividade industrial mostra tendência de desaceleração, tanto nos indicadores de produção quanto de utilização de capacidade.

A utilização da capacidade instalada mostrou tendência de queda, no primeiro trimestre de 2012, em todos os setores industriais, como mostra o Gráfico 2.2. A tendência repete o que foi observado no primeiro trimestre de 2011, mas com desaceleração um pouco mais acentuada. Apenas o setor de material de consumo, com 88,2%, ficou acima da utilização de capacidade da indústria como um todo, com 82,1%. O setor de bens de consumo e o setor de bens de capital apresentaram taxa de utilização da capacidade instalada em torno de 81%. Isso indica uma tendência geral de desaceleração da atividade industrial.

Os dados da Tabela 2.2 detalham o movimento da produção industrial, que caiu 1,4% em janeiro de 2012, superando o desempenho negativo de janeiro de 2011 (-0,3%). Essa situação foi observada tanto na indústria extrativa quanto na indústria de transformação. Nesta última, apenas os bens de consumo, especialmente os semi e não duráveis apresentaram taxas positivas de crescimento (1,2%) em janeiro de 2012, superando o desempenho de 2011. No setor de bens intermediários, a taxa ficou negativa em 1,0%, no período. Já no setor de bens de capital, a tendência positiva do início de 2011 (2,1%), reverteu-se radicalmente para uma tendência negativa (- 5,0%) em janeiro de 2012. Esse movimento ocorreu durante todo o segundo semestre de 2011, mostrando um ponto de grande preocupação em relação à tendência dos investimentos da economia brasileira.

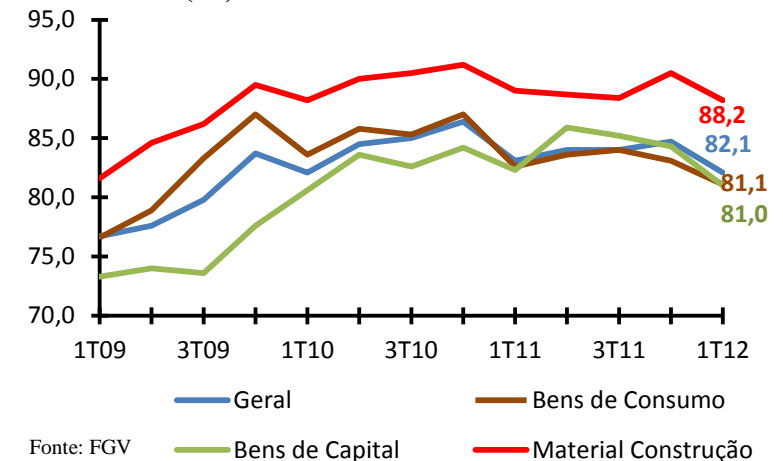
Tabela 2.2 - Produção Industrial

	Variação ^{1/} % no trimestre				
	2011		2012		
	jan	abr	jul	out	jan
Indústria geral	-0,3	1,7	-0,7	-1,9	-1,4
Extrativa	-0,2	-1,6	1,5	0,8	-0,9
Transformação	0,6	1,8	-1,2	-2,5	-0,6
Por categoria de uso					
Bens de capital	2,1	3,2	-0,6	-2,5	-5,0
Bens intermediários	0,6	0,6	-0,1	-1,3	-1,0
Bens de consumo	0,3	1,0	-1,0	-3,2	1,2
Duráveis	2,4	0,8	-2,8	-7,1	0,7
Semi e não duráveis	-0,1	1,4	-1,3	-1,3	1,2

Fonte: IBGE

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Gráfico 2.2 - Utilização da Capacidade instalada (%)



José Ricardo de Santana

2. Economia Brasileira

Mercado de trabalho

Foram gerados no mês de fevereiro passado 150,6 mil empregos formais no País. Ainda que esta cifra seja pouco mais da metade do número de postos de trabalho gerados em fevereiro de 2011, trata-se de um bom resultado, considerando-se que: i. foi um mês com menor número de dias úteis em função do Carnaval, ii. o contexto de desaceleração da atividade econômica a partir de meados do ano passado e iii. considerando-se também que no acumulado do bimestre já foram gerados cerca de 294 mil vagas em 2012.

Como tem sido praxe nos últimos anos, o setor de serviços foi o principal empregador no mês, seguido (de longe) pelo setor de construção civil e pela indústria de transformação. Chama atenção o fechamento de postos de trabalho no comércio, possivelmente já refletindo a contração do crédito deste início de ano. Por sinal, no acumulado do bimestre o comércio foi o único setor que registrou fechamento líquido de vagas: cerca de 39 mil.

A taxa de desemprego aberto calculada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas fechou o mês em 5,7%. Em que pese o aumento com relação a novembro/2011, tal comportamento é característico no início do ano e a taxa permanece abaixo da média de 6% em 2011.

A geração de empregos deste primeiro bimestre ajuda a manter a tendência de crescimento da massa salarial média real, cf. se pode observar no gráfico ao lado – o crescimento no final do ano se deve ao pagamento do 13º. Salário – e pode auxiliar na sustentação do consumo interno, compensando parcialmente a redução na concessão de crédito.

Marco Antonio Jorge

2.1 Atividade Econômica

Tabela 2.3 - Evolução do mercado de trabalho

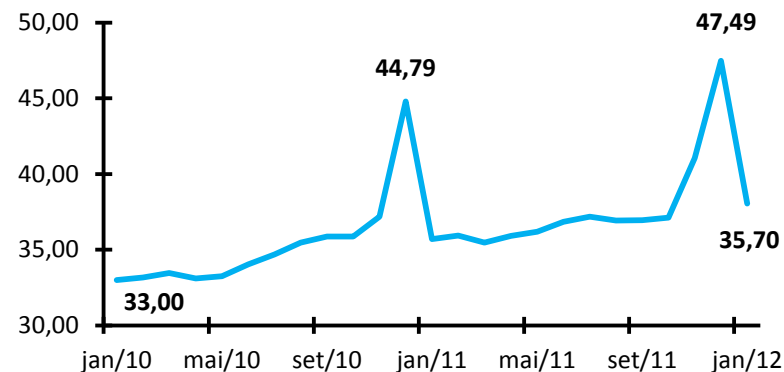
	2011				2012
	fev	maio	ago	nov	fev
Emprego formal - Total^{1/}	281	252	190	43	151
Indústria de transformação ^{1/}	60	42	36	-54	20
Construção civil ^{1/}	31	29	32	-23	28
Comércio ^{1/}	17	25	44	108	-7
Serviços ^{1/}	134	71	94	54	93
Outros ^{1/}	38	84	-16	-42	17
Taxa de desemprego aberto (%)	6,4	6,4	6,0	5,2	5,7
Pessoal ocupado (em mil)	22.184	22.430	22.623	22.830	22.611
Pessoal desocupado (em mil)	1.508	1.522	1.440	1.252	1.378

Fonte: MTE, IBGE

^{1/} Saldo de postos de trabalho no período (em mil)

Gráfico 2.3: Massa salarial média real

(R\$ bilhões)



Fonte: IBGE

— Massa salarial

2. Economia Brasileira

2.1 Atividade Econômica

Produto Interno Bruto

O crescimento do PIB em 2011 foi significativamente inferior ao observado em 2010, ficando abaixo das expectativas.

A taxa de crescimento do PIB ficou em 2,7%, confirmando a tendência de desaceleração em todos os setores, observada ao longo do ano., como mostra a Tabela 2.4. A agropecuária fechou 2011 com uma taxa de crescimento de 3,9%, apresentando a menor queda em relação a 2010, quando obteve 6,3%. O setor serviços vem em seguida, fechando 2011 com 2,7%, contra 5,5% em 2010. Mas o grande impacto sobre a depreciação do crescimento da economia coube à indústria, que alcançou, em 2011, a taxa de 1,6%, contra 10,4%, em 2010.

Nos componentes da demanda agregada, o que se manteve mais estável foi o consumo das famílias, que apresentou, em 2011, uma taxa de crescimento de 4,1%, contra 6,1%, em 2010. As exportações apresentaram uma queda significativa no crescimento, fechando 2011 com uma taxa de 4,5%. Os gastos do governo também tiveram retração, fechando 2011 com expansão de 1,9%. Mas a maior queda foi observada nos investimentos (FBCF), saindo de uma taxa de 21,3%, em 2010, para 4,7%, em 2011. Embora esteja acima do crescimento do PIB, a desaceleração significativa é preocupante.

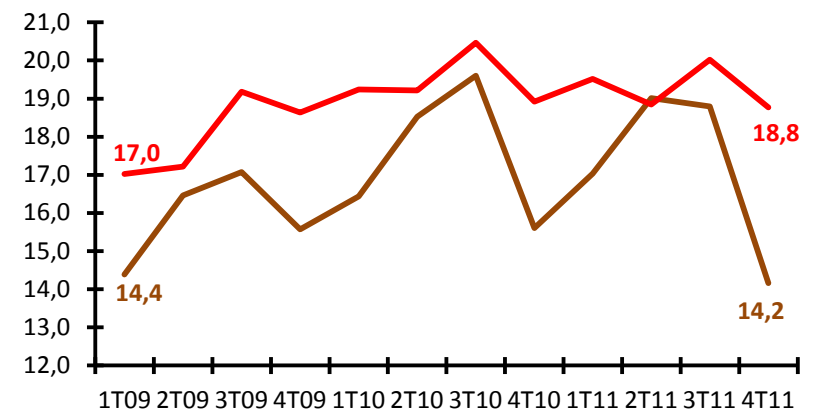
Essa situação está refletida no Gráfico 2.4. Por um lado, a poupança bruta interrompeu a tendência de elevação, a partir do terceiro trimestre de 2011, fechando o ano com uma taxa de 14,2% do PIB. Por outro lado, o investimento que ainda está abaixo da média história do Brasil, também apresentou uma tendência de queda no último trimestre, fechando o ano em 18,8% do PIB. Isso aponta para uma perspectiva de crescimento menor no futuro próximo.

Tabela 2.4 - Produto Interno Produto

	Acumulado em 4 trimestres (%)				
	2010	2011			
	4ºTri	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri
PIB	7,5	6,3	4,9	3,7	2,7
Agropecuária	6,3	5,4	2,4	2,7	3,9
Indústria	10,4	7,8	4,9	2,9	1,6
Serviços	5,5	4,9	4,4	3,6	2,7
Famílias	6,9	6,4	6,2	5,4	4,1
Governo	4,2	3,9	3,3	2,3	1,9
FBCF	21,3	16,3	11,5	7,0	4,7
Exportações	11,5	9,0	8,7	6,8	4,5
Importações	35,8	28,8	23,0	14,5	9,7

Fonte: IBGE

Gráfico 2.4 - Poupança, Investimento
(% PIB)



Fonte: IBGE — Poupança bruta — Investimento (FBCF)

2. Economia Brasileira

2.2 Inflação e Política Monetária

Preços

Na variação acumulado em 12 meses, o IPCA vem desacelerando desde dezembro de 2011, quando alcançou 6,50%. De janeiro para fevereiro, o índice recuou de 6,22% para 5,84%. Na variação mensal (0,45%), houve desaceleração, refletindo principalmente recuo nos grupos alimentação e bebidas e transportes. Por outro lado, na variação mensal, o segmento serviços acelerou em fevereiro, passando de 1,05% para 1,25%, influenciado principalmente pelo grupo educação.

Commodities

Em razão da deterioração das perspectivas para a economia mundial em 2011, as cotações de parte representativa das commodities, embora tenham registrado forte volatilidade, tiveram queda expressiva nos últimos trimestres.

O Índice de Commodities divulgado pelo Banco Central (IC-Br) registrou, no acumulado em 12 meses, queda de 12,68% em fevereiro; em janeiro, havia avançado 0,57% sobre fevereiro.

Segundos as projeções do FMI, World Economic Outlook Update (janeiro, 2012), os preços das commodities do grupo energia e não energia, devem recuar em 2012, respectivamente, 4,9% e 14%. Se essas projeções se confirmarem há dois canais de transmissão desses efeitos. Por um lado, projetaria um cenário favorável à trajetória de preços de bens não duráveis, que se desacelerou nos últimos trimestres. Por outro, um cenário desfavorável à balança comercial. A melhora na balança comercial em 2011, que teve o melhor resultado desde 2007, é explicada, em grande medida, pela valorização das cotações internacionais das commodities agrícolas e minerais em 2011.

Gráfico 2.5 - Evolução do IPCA

Acumulado em 12 meses (%)

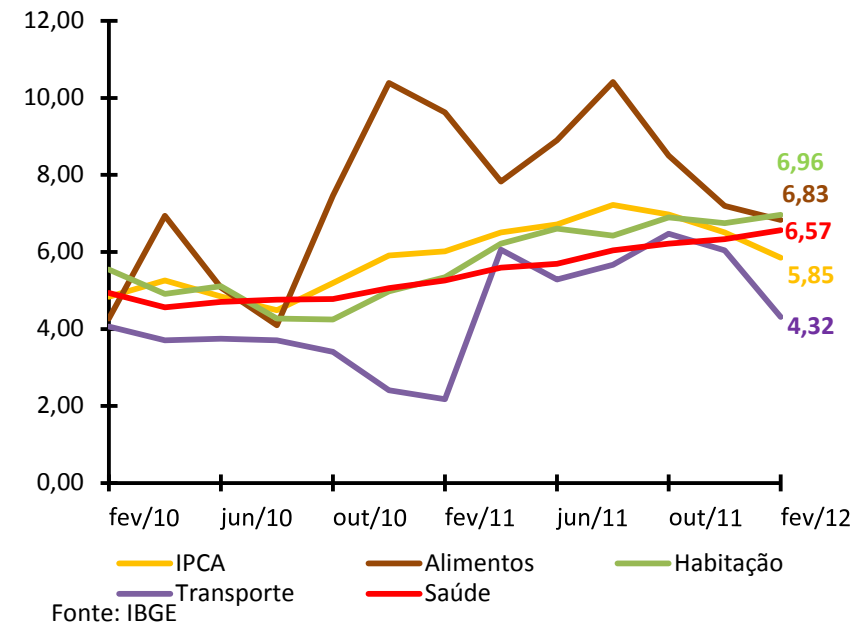


Tabela 2.5 - Preços ao consumidor

	Acumulado em 12 meses (%)				
	2011		2012		
	out	nov	dez	jan	fev
IPCA	6,97	6,64	6,50	6,22	5,85
Livres	7,24	6,79	6,63	6,42	5,98
Comercializáveis	5,87	4,87	4,41	3,97	3,77
Não comercializáveis	8,41	8,48	8,59	8,62	7,97
Serviços	8,94	9,08	9,01	9,20	8,10
Monitorados	6,34	6,27	6,20	5,71	5,48

Fonte: IBGE, BCB

Condicionantes da política monetária

O saldo médio dos meios de pagamento (M1) somou R\$261,3 bilhões em fevereiro de 2012, crescendo 1,6% em doze meses. Esse resultado resultou de aumentos de 9,3% no saldo médio do papel-moeda em poder do público e de -4,3% nos depósitos à vista. No mesmo mês do ano anterior, o saldo médio de M1 alcançou R\$257,2 bilhões, mas cresceu 11,9% em doze meses.

Em relação à base monetária, o saldo médio diário alcançou R\$194,6 bilhões em fevereiro de 2012, crescendo 5,8% em doze meses. Nas mesmas base de comparação com fevereiro de 2011, o saldo totalizou R\$183,9 bilhões, crescendo 13,6%. Considerando o crescimento em 12 meses, houve uma redução substancial ao longo dos últimos três trimestres.

Em fevereiro de 2012, as taxas Swap DI x Pré de 30 e 360 dias caíram, respectivamente, para 10,1 % a.a. e 9,3% a.a., indicando que o mercado havia incorporado as expectativas de redução da taxa de juros em razão da piora no cenário internacional.

Na última reunião o Copom decidiu reduzir a taxa Selic para 9,75% a.a. Além disso sinalizou um horizonte de estabilidade, numa estratégia que já está sendo comparada à do FED, que garantiu taxa de juros baixa até 2014. Na ata, o Copom afirma que pretende levar a Selic para patamares "ligeiramente acima dos mínimos históricos" e estabilizá-la neste nível. O piso já alcançado na taxa básica de juros é de 8,75% ao ano. Segundo o Boletim Focus (30/03/2012), o mercado mantém previsão de 9% para 2012.

Tabela 2.6 - Base monetária e meios de pagamento

	Variação (%) em 12 meses				
	2011		2012		
	fev	maio	ago	nov	fev
Base monetária^{1/}	13,6	11,1	6,6	5,3	5,8
Papel moeda emitido	11,8	11,6	9,5	8,8	10,2
Reservas bancárias	19,2	9,6	-2,0	-5,1	-7,3
Meios de pagamento^{1/}	11,9	7,9	4,2	0,8	1,6
Papel moeda em poder do público	12,9	11,1	8,8	7,9	9,3
Depósitos à vista	11,2	5,6	0,8	-4,5	-4,3

Fonte: Banco Central

^{1/}Média nos dias úteis do mês

Tabela 2.7 - Taxas de juros

	(% a.a)				
	2011		2012		
	out	nov	dez	jan	fev
Taxas de juros					
SELIC	11,7	11,4	10,9	10,7	10,4
Swap DI x Pré 30 dias	11,5	11,1	10,8	10,5	10,1
Swap DI x Pré 360 dias	10,4	10,0	9,9	9,9	9,3

Fontes: Banco Central e BM&F

2. Economia Brasileira

2.2 Inflação e Política Monetária

Crédito

O saldo das operações de crédito total somou R\$2.025,5 bilhões em janeiro, evidenciando certa moderação quando comparado com o resultado de R\$2030,0 bilhões do mês anterior. Além de fatores sazonais, essa deterioração é apenas aparente quando comparamos a variação real no trimestre (3,7%) com a variação real em doze meses (12,5%). Padrão semelhante pode ser observado nos recursos direcionados e nos recursos livres.

O crédito direcionado teve expansão real de 5,2% no trimestre e de 17,0% em doze meses, com destaque para os desembolsos do BNDES e para o volume de crédito habitacional, que atingiu 5% do PIB em janeiro. Os recursos livres atingiram R\$1.303,0 bilhões, com crescimento real de 2,9% no trimestre e de 10,3% em doze meses.

A queda taxa básica de juros e a recuperação da atividade econômica (que reduz o risco de inadimplência), apontam que a expansão de crédito tende a persistir.

O comprometimento da renda das famílias com os juros e a amortização de empréstimos saltou de 19,1% em janeiro de 2011 para 22,18% no mesmo mês de 2012.

O endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses, saltou de 39,5% em janeiro de 2011 para 42,7% no mesmo mês de 2012. Embora esse nível de endividamento seja baixo quando comparado com países desenvolvidos, não podemos ignorar as particularidades do contexto brasileiro: o rápido endividamento das famílias brasileiras, taxas de juros exorbitantes e a baixa cultura financeira.

Luiz Rogério de Camargos

Tabela 2.8 - Evolução do Crédito

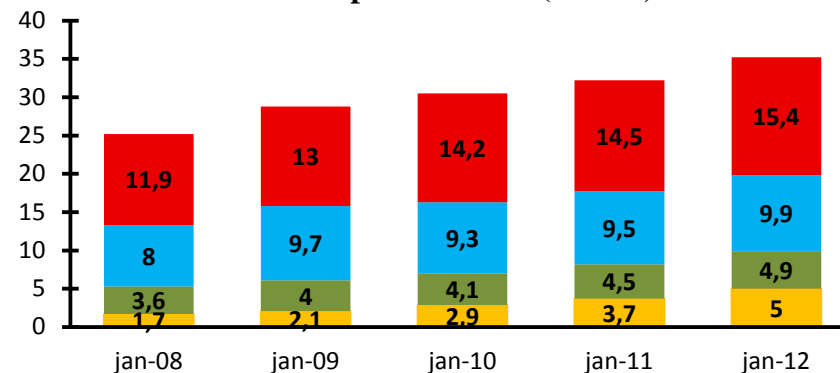
	R\$ bilhões				Variação real (%)	
	2011		2012		3 meses ^{1/}	12 meses ^{2/}
	out	nov	dez	jan		
Crédito Total	1.946,8	1.984,7	2.030,0	2.026,5	3,7	12,5
Direcionados	685,8	705,5	724,4	723,6	5,2	17,0
BNDES	396,3	408,4	419,8	414,9	4,6	12,6
Rural	97,3	99,5	101,9	101,3	4,2	6,4
Habitação	177,1	182,2	186,6	191,3	7,4	38,2
Outros	15,1	15,5	16,1	16,0	2,4	15,6
Livres	1.261,0	1.279,2	1.305,6	1.302,9	2,9	10,3
Pessoal física	639,0	644,4	651,3	656,6	3,1	11,2
Pessoal jurídica	622,0	634,8	654,3	646,3	2,7	9,3

Fonte: Banco Central

1/ Taxa de crescimento real em relação a ago/out11 (deflator, IPCA)

2/ Taxa de crescimento real em relação a fev10/jan11 (deflator, IPCA)

Gráfico 2.6 - Crédito por atividade (% PIB)



Fonte: BCB ■ Habitação ■ Comércio ■ Indústria ■ PF

2. Economia Brasileira

Como se pode observar na tabela ao lado, em janeiro de 2012 há uma expansão significativa da receita total não financeira do governo central (o qual não leva em conta as empresas estatais), cuja principal contribuição provém do Tesouro Nacional. Ainda que expressivo em termos relativos (68%), o acréscimo de receita do Banco Central conta pouco em termos absolutos.

A despesa total permaneceu praticamente constante, com redução no âmbito do Tesouro e do Banco Central. A redução das despesas do tesouro, contudo, não foi suficiente para retirar do mesmo a parcela majoritária do total das despesas.

No âmbito da Previdência, embora a despesa tenha se elevado, como seu crescimento foi inferior ao da receita, houve uma leve melhora das contas previdenciárias, ainda que, no geral, esta rubrica permaneça deficitária.

No que diz respeito à composição da despesa do Tesouro Nacional, houve uma forte contração nos investimentos (22%) e nas transferências a estados e municípios. Neste último caso, a desaceleração da atividade econômica (crescimento do PIB de 2,7% em 2011 frente a 7,5% em 2010), afetou a arrecadação dos tributos sobre a renda e a produção – base para o cálculo de tais transferências.

Como pode ser visto na tabela 2.10, o esforço de redução de despesas, combinado com o aumento das receitas possibilitou a obtenção de um superávit primário de 3,11% do PIB, superior ao obtido no ano anterior (2,70%).

Como nos anos anteriores, porém, a economia de recursos não foi suficiente para fazer frente às despesas com juros: no acumulado do ano

2.3 Finanças Públicas

Tabela 2.9 - Receitas e despesas primárias do Governo Central

	Acumulado ^{1/}	Variação ^{2/} real (%)	% PIB ^{1/}	
	jan de 2012 (R\$ bilhões)		2011 jan	2012 jan
Receita total	102,4	6,1	28,3	30,5
Tesouro Nacional	82,7	5,7	22,9	24,6
Previdência	19,6	7,8	5,3	5,8
Banco Central	0,2	68,2	0,0	0,1
Despesa total	81,6	0,2	23,8	24,3
Tesouro Nacional	58,8	-1,6	17,5	17,5
Previdência	22,6	5,7	6,3	6,7
Banco Central	0,2	-16,8	0,1	0,1
Despesa do TN	58,8	-1,6	17,5	17,5
Transf. a E&M	15,6	-5,4	4,8	4,7
Pessoal e encargos	16,3	-2,3	4,9	4,9
Investimento	6,5	-22,3	2,4	1,9
Custeio e capital	20,2	11,6	5,3	6,0
Transf. ao Bacen	0,2	67,9	0,0	0,0

Fonte: STN, BCB

1/ Valores nominais

2/ Taxa de crescimento real em relação a jan de 2011 (deflator, IPCA)

2. Economia Brasileira

foi gerado um déficit nominal de cerca de 2,6% do PIB.

A principal contribuição para o superávit no conceito primário veio, como de praxe, do governo central que economizou o equivalente a 2,25% do PIB no acumulado de 2011. Governos estaduais e municipais contribuíram com 0,8% do PIB no mesmo período.

No entanto, foram gastos 5,72% do PIB com pagamento de juros. Mais, portanto, do que no ano anterior. E com uma piora significativa na esfera federal, cujo governo central elevou suas despesas em mais de um ponto percentual, enquanto os governos regionais reduziram de 1,81% para 1,28% do PIB suas despesas com tal rubrica.

Dessa forma, uma vez contabilizadas todas as receitas e despesas – aí incluídas as financeiras – chega-se a um déficit de 2,61% do PIB, superior ao do ano anterior, apesar do esforço na melhoria do resultado primário.

Os elementos acima revelam que em 2011 o Governo Federal manteve a tônica dos anos anteriores, de gerar superávits primários para viabilizar o pagamento de juros de suas dívidas, sem alterar o resultado fiscal no conceito nominal.

No que diz respeito à evolução da dívida líquida do setor público, em janeiro de 2012 esta representava 37,2% do PIB. Embora a trajetória de longo prazo seja de redução e a relação dívida líquida/PIB tenha atingido patamar inferior ao de finais de 2008, quando da piora da crise financeira internacional, nota-se uma elevação no último trimestre de 2011. Resta saber se, diante da perspectiva do aumento dos gastos públicos com as obras relativas à Copa do Mundo de 2014, tal fenômeno será passageiro... ou não.

Marco Antonio Jorge
Wagner Nóbrega

2.3 Finanças Públicas

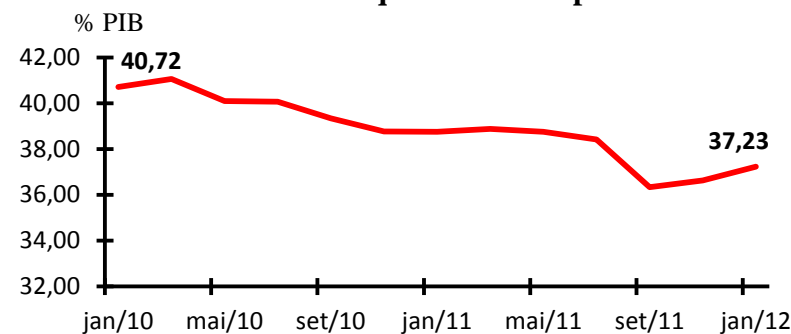
Tabela 2.10 - Necessidade de financiamento do setor público

	2006		2011		2012
	Jan	no ano	Jan	no ano	Jan
Nominal	-0,69	2,48	0,48	2,61	-1,89
Governo Central	-0,63	1,21	0,32	2,12	-0,65
Governos regionais	-0,24	1,27	-0,41	0,48	-1,12
Empresas estatais ^{1/}	0,18	0,00	-0,15	-0,01	-0,13
Juros nominais	4,99	5,18	6,00	5,72	5,86
Governo Central	4,15	3,30	4,61	4,37	5,38
Governos regionais	0,71	1,81	1,25	1,28	0,44
Empresas estatais ^{1/}	0,13	0,07	0,13	0,08	0,04
Primário	-5,68	-2,70	-5,52	-3,11	-7,75
Governo Central	-4,78	-2,09	-4,29	-2,25	-6,03
Governos regionais	-0,95	-0,55	-1,40	-0,80	-1,56
Empresas estatais ^{1/}	0,05	-0,06	0,17	-0,07	-0,16

Fonte: STN, BCB

1/ Exclui as empresas do Grupo Petrobras.

Gráfico 2.7 - Dívida líquida do setor público



Fonte: BCB

— DLSP

2. Economia Brasileira

Em janeiro de 2012, as exportações e as importações brasileiras registraram cifras de US\$16.141,2 milhões e US\$17.433,4 milhões respectivamente, resultando um saldo comercial negativo de US\$1.292,1 milhões. Quando observamos a exportação entre janeiro/2011 e janeiro/2012, ocorre uma elevação de 6,09%. Isso se deve ao fato do favorecimento do aumento dos preços internacionais das commodities para produtos básicos e semimanufaturados, que representaram 47,9% e 14,22% respectivamente das exportações totais do período. Vale destacar, também, o fluxo comercial com os principais blocos econômicos e parceiros comerciais, que registrou crescimento no ano de 2011 (comparado a 2010), destaque para China, 36,7% e a Europa Oriental, 35,6%. De acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o aumento das exportações no ano de 2011 foi devido a expansão nos preços na ordem de 24,4% e de 3,9% no quantum. Para as importações esses percentuais ficaram em 14,5% nos preços e de 9,4% no quantum. O déficit em transações correntes no período de jan/fev de 2011 foi na ordem de US\$9.066,4 milhões, atingindo no mesmo período do ano seguinte US\$8.851,6 milhões, o equivalente a 2,31% do PIB. As despesas de serviços e rendas somaram déficit de US\$11.313,1 entre jan/fev de 2011, tendo uma redução em seu déficit em igual período de 2012 na ordem de 15,01%. Com ênfase no aumento de 27,14% em despesas com viagens internacionais, sendo que, os gastos de brasileiros no exterior, mantiveram-se em trajetória crescente nesse período em virtude da valorização do câmbio e do aumento da renda familiar. As despesas com juros obtiveram um pequeno decréscimo de 1,47% entre jan/fev de 2011 e jan/fev de 2012.

2.4 Setor Externo

Tabela 2.11 - Usos e Fontes

	US\$ milhões			
	2011		2012	
	Jan	Jan-fev	Jan	Jan-fev
USOS	-10.647,8	-16.004,0	-10.035,4	-13.236,7
Transações correntes	-5.584,4	-9.066,4	-7.085,8	-8.851,6
Balança comercial (FOB)	398,2	1.592,6	-1.292,1	422,7
Exportação de bens	15.214,4	31.946,8	16.141,2	34.169,0
Importação de bens	-14.816,1	-30.354,3	-17.433,4	-33.746,3
Serviços e Rendas	-6.159,6	-11.313,1	-5.971,3	-9.615,0
Juros	-1.869,0	-2.039,0	-1.627,4	-2.009,0
Lucros e dividendos	-1.878,8	-4.682,3	-981,5	-1.509,6
Viagens internacionais	-1.177,3	-1.938,0	-1.335,2	-2.464,1
Demais	-1.234,5	-2.653,8	-2.027,3	-3.632,3
Transferências unilaterais correntes	177,0	654,1	177,6	340,7
Amortizações de médio e longo prazo	-5.063,4	-6.937,6	-2.949,6	-4.385,1
FONTES	10.647,8	16.004,0	10.035,4	13.236,7
Conta Capital	14,3	134,5	109,9	191,7
Investimento estrangeiro direto	2.953,2	10.748,1	5.432,5	9.080,1
Inv. papéis domésticos de LP e ações	206,0	739,4	4.849,5	5.368,3
Desembolsos de médio e longo prazo	5.620,1	10.367,9	4.831,8	7.119,6
Ativos brasileiros no exterior	3.876,3	8.288,9	-4.381,1	-5.588,4
Curto prazo e demais	6.474,6	3.843,5	-443,9	-1.162,7
Ativos de reservas	-8.496,7	-18.118,3	-363,3	-1.771,8

Fonte: BCB

2. Economia Brasileira

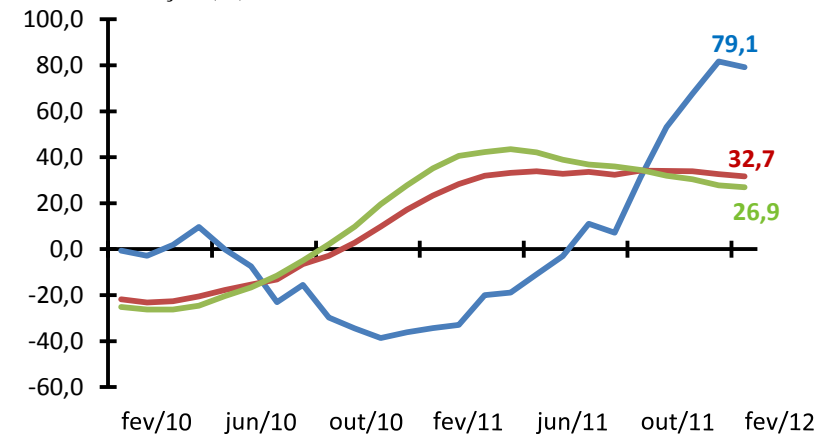
Com relação a conta lucros e dividendos houve um decréscimo de 67,75% entre jan/fev de 2011 para igual período em 2012, de US\$4.682,3 milhões para US\$1.509,6 milhões continuando deficitária, no entanto quando analisamos e comparamos dados ao longo de 2011 e 2010 observamos um aumento de 33,5% em relação a 2010. Esse aumento se deve as empresas dos setores industrial e de serviços, que foram responsáveis pelo envio de 54,4% e 42,8% das remessas de lucros e dividendos de IED, destacamos os segmentos de veículos automotores, serviços financeiros, telecomunicações e bebidas. A conta capital acumulou nos meses de jan/fev 2012 ingressos de US\$191,7 milhões, um aumento de 42,52% comparado ao mesmo período de 2011. Os investimentos estrangeiros diretos registraram ingressos de US\$5.432,5 milhões em janeiro de 2012, elevando-se em 83,95% em relação a janeiro de 2011. O acumulado em 12 meses atingiu US\$75,4 bilhões em relação ao PIB, para os últimos 12 meses equivale a 2,4% do PIB, isso explica a queda em termos percentuais da relação Necessidade de Financiamento Externo/PIB (gráfico 2.9). Vale destacar as variações nos valores de desembolsos de médio e longo prazo, ativos brasileiros no exterior e, curto prazo e demais, (-14,06%), (-113,02%) e (-93,14%) respectivamente. As medidas adotadas em outubro de 2010 e ao longo do primeiro semestre de 2011 contribuíram para resultaram em moderação no ritmo de investimentos estrangeiros e em alteração do perfil do endividamento externo. Nesse cenário as perspectivas de redução dos preços internacionais das commodities, os cenários projetados para os fluxos de capitais, para os preços das commodities, e para as taxas de crescimento das exportações e do produto mundiais deverão ser influenciados por esse ambiente de incertezas.

Fernanda Esperidião

2.4 Setor Externo

Gráfico 2.8 - Balança Comercial

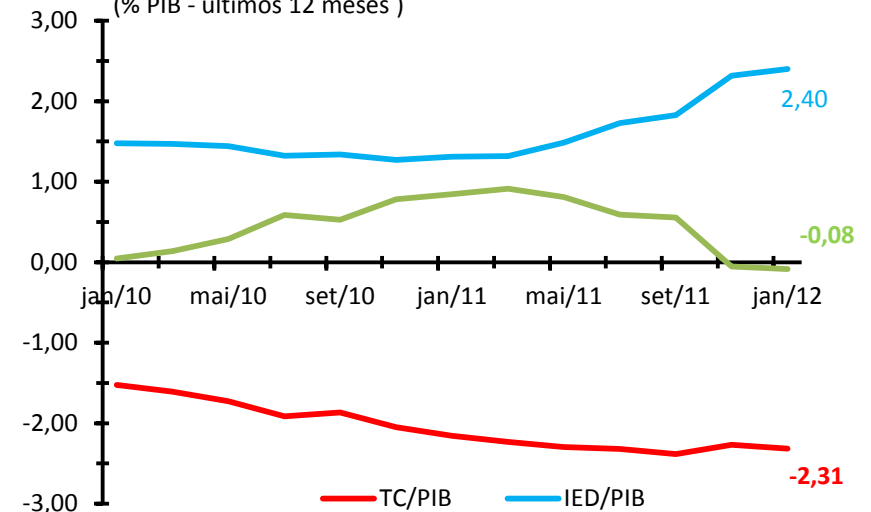
Variação (%) do acumulado em 12 meses



Fonte: BCB Saldo Exportações Importações

Gráfico 2.9 - Necessidade de financiamento externo

(% PIB - últimos 12 meses)



Fonte: BCB TC/PIB IED/PIB NFE/PIB

3. Economia Sergipana

O desempenho da economia sergipana em 2011 seguiu uma tendência divergente da economia brasileira, quando se compara o desempenho do comércio com o da indústria.

No comércio varejista, a taxa de crescimento do Brasil embora tenha apresentado queda, manteve um desempenho positivo, acima da taxa de crescimento do PIB. Já em Sergipe, a queda não só foi mais acentuada, como mostrou-se negativa, ao contrário da tendência nacional, fechando o ano de 2011 em -0,9%, como mostra a Tabela 3.1.

No comércio ampliado, as tendências se repetem em relação ao segmento anterior. Observa-se, na economia brasileira, uma queda no desempenho do setor, mas ao final a taxa de crescimento é superior à do PIB. Em Sergipe, como anteriormente, a queda não só foi mais acentuada, como fechou o ano de 2011 em -0,9%, numa tendência contrária a nacional.

No setor industrial, tomando-se como indicadores os dados do Gráfico 3.1, observou-se um crescimento considerável na produção de cimento, representativo do movimento da indústria de transformação. Já na indústria extrativa, observou-se uma redução persistente nos volumes, ao longo de 2011, tanto da produção de gás, como de petróleo, tendo esta última se recuperado no último trimestre, quando apresentou uma taxa de crescimento de 2,9%. Esse quadro mostra, em 2011, um maior impacto negativo sobre a economia sergipana do que aquele observado sobre a economia brasileira.

José Ricardo de Santana

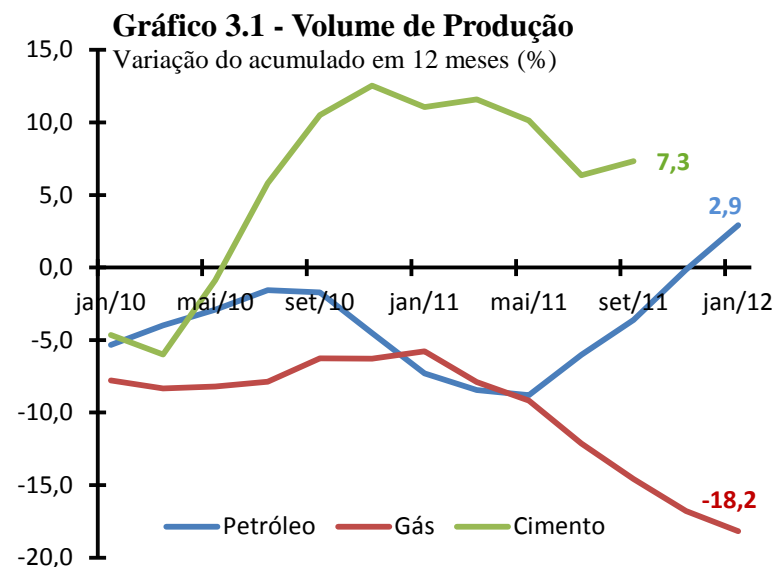
3.1 Atividade Econômica

Tabela 3.1 - Volume de vendas no comércio

	Variação ^{1/} (%)				
	2011			2012	
	jan	abr	jul	out	jan
Comércio varejista					
Brasil	9,5	7,5	6,8	5,2	6,9
Sergipe	10,1	1,0	1,4	-0,9	-0,9
Comércio ampliado					
Brasil	14,5	7,2	9,8	3,9	5,0
Sergipe	16,0	-0,5	1,2	-0,6	-0,9

Fonte: IBGE

1/Variação do trimestre encerrado no mês em relação ao trimestre encerrado no mesmo mês do ano anterior.



Fontes: ANP, SNIC

3. Economia Sergipana

Foram abertas no estado 9.782 vagas em fevereiro ao passo em que ocorreram 8.498 demissões no mês, gerando um saldo líquido positivo de 1.284 empregos. No bimestre, foram criados 3.274 novos postos de trabalho, dando continuidade ao bom desempenho do mercado de trabalho formal sergipano que, no ano passado, abriu 19,5 mil empregos e teve o segundo melhor desempenho de toda a Região Nordeste.

Como tradicionalmente dezembro é um mês em que as demissões superam as admissões, o resultado do trimestre encerrado em fevereiro é menos vistoso: criação de 1.669 vagas no período, cf. a tabela 3.2.

No entanto, as vagas criadas no primeiro bimestre deste ano representam uma expansão de 1,19% sobre o estoque de trabalhadores com carteira no estado, calculado pelo MTE em 275.331 ao final de 2011.

O custo da cesta básica em Aracaju apresenta alta acumulada de 3,8% nos doze meses encerrados em janeiro/2012, abaixo da inflação medida pelo IPCA para Brasil e Região Nordeste no mesmo período. Em função da alta moderada, em fevereiro Aracaju continua tendo a cesta mais barata – R\$ 188,59 – dentre as dezessete capitais abrangidas pela pesquisa do DIEESE. Se o preço da cesta básica se comportou bem, o mesmo não se pode dizer dos custos da construção civil: o m² ficou, em média, 6,8% mais caro em Sergipe em janeiro, acima da inflação medida pelo IPCA para Brasil e Região Nordeste no mesmo período.

Em 2011 a tarifa residencial de energia elétrica paga pelos moradores de 63 municípios sergipanos (âmbito de atuação da ENERGISA) subiu quase 11%. Apesar do aumento expressivo, o valor real da tarifa ainda está um pouco abaixo do praticado em 2007. Resta saber se o reajuste a ser concedido pela ANEEL à concessionária para vigorar a partir do mês que vem permitirá o repasse dos ganhos de produtividade da empresa ao consumidor.

Marco Antonio Jorge

3.1 Atividade Econômica

Tabela 3.2 - Evolução do emprego formal

	2011		2012		
	fev	maio	ago	nov	fev
Saldo ^{1/} (unidades)	1.450	-564	5.224	8.200	1.669
Variação ^{2/} (%)	-51,9	-159,6	-25,9	-15,1	15,1

Fonte: MTE

1/ Acumulado no trimestre encerrado no mês assinalado.

2/Variação do trimestre encerrado no mês em relação ao trimestre encerrado no mesmo mês do ano anterior

Tabela 3.3 - Preços selecionados

	Acumulados em 12 meses (%)				
	2011		2012		
	jan	abr	jul	out	jan
IPCA - Brasil	6,0	6,5	6,9	7,0	6,2
IPCA - Nordeste	6,1	6,0	6,3	6,6	5,9
Cesta básica (Aracaju)	5,4	5,8	4,1	4,7	3,8
Construção civil ^{1/} (SE)	7,5	7,5	7,0	6,9	6,8

	Variação no período (%)				
	2007	2008	2009	2010	2011
Tarifa residencial ^{2/} (SE)	-11,0	-11,0	9,4	1,0	10,8

Fontes: IBGE, DIEESE, ANEEL

1/custo médio m² em moeda corrente

2/Valor vigente (kWh) entre 22/04/2011 e 21/04/2012 (Energisa)

3. Economia Sergipana

O saldo das operações de crédito em Sergipe totalizou R\$27,9 bilhões no trimestre encerrado em dezembro, alcançando crescimento real de 16,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Desse total, R\$12,9 bilhões foram contratados no segmento de pessoas jurídicas, que registrou expansão de 18,9% na mesma base de comparação mencionada.

As operações de crédito no segmento de pessoas físicas somaram R\$15,0 bilhões no trimestre encerrado em dezembro, registrando expansão real de 18,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Observa-se uma nítida desaceleração nas operações de crédito a partir do trimestre encerrado em junho. E quando se compara a taxa real de crescimento entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011, fica ainda mais evidente a deterioração no desempenho do mercado de crédito. Para pessoas jurídicas, a taxa vai de 33,5% para 14,7% e no segmento de pessoas físicas, cai de 25,0% para 18,9%.

A taxa de inadimplência nas operações de crédito em Sergipe atingiu 3,19% em dezembro, registrando variação de 0,3 p.p em relação a dezembro de 2010. Esta variação decorreu de elevações respectivas de -0,5 p.p e 1,1 p.p nos segmentos de pessoas jurídicas e de pessoas físicas, nas quais a taxa de inadimplência situou-se em 1,80% e 4,5%.

Luiz Rogério de Camargos

3.2 Crédito

Tabela 3.4 - Operações de crédito do SFN

	2010				2011
	dez	mar	jun	set	dez
Saldo^{1/} (R\$ milhões)					
Pessoa física	11.825	12.639	13.462	14.257	15.005
Pessoa Jurídica	10.560	11.386	11.725	12.136	12.924
Total	22.385	24.025	25.187	26.393	27.929
Varição real^{2/} (%)					
Pessoa física	25,0	27,0	26,6	22,6	18,9
Pessoa Jurídica	33,5	38,0	28,7	18,8	14,7
Total	28,9	32,0	27,6	20,8	16,9

Fonte: Banco Central

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/Varição real do trimestre encerrado no mês em relação ao trimestre encerrado no mesmo mês do ano anterior (deflator, IPCA).

Tabela 3.5 - Taxa de inadimplência do crédito do SFN

	2010		2011			%
	dez	mar	jun	set	dez	
Pessoa física	3,44	3,33	3,52	3,72	4,50	
Pessoa Jurídica	2,29	2,00	2,32	2,52	1,80	
Total	2,90	2,68	2,95	3,16	3,19	
Varição^{1/} em p.p (%)						
Pessoa física	-1,29	-1,04	-0,50	0,07	1,06	
Pessoa Jurídica	-1,50	-1,33	-0,33	0,05	-0,49	
Total	-1,41	-1,23	-0,44	0,05	0,29	

Fonte: Banco Central

1/Varição do mês em relação ao mesmo mês do ano passado.

3. Economia Sergipana

As necessidades de financiamento, no comparativo do acumulado dos dois primeiros quadrimestres dos anos 2011 e 2010, indicaram um déficit significativo para todo o estado. Esse déficit foi oriundo, basicamente, de déficit primário e aumento das despesas com juros no âmbito do governo estadual.

Mais do que eventos circunscritos a um período, déficits públicos primários estaduais e vultosos pagamentos de juros foram uma constante desde 2009. Juntos, fizeram com que a dívida pública sergipana crescesse mais rapidamente do que a soma das dívidas para todo Nordeste. Com isso, a participação da dívida líquida do estado de Sergipe no total nordestino aumentou, de 3,7% em 2009, para 4,8% em 2010 e 6,3% no primeiro quadrimestre de 2011.

Visto que os déficits primários respondem pela maior parcela do endividamento, o aumento mais do que proporcional das despesas correntes com relação às receitas correntes – principalmente as despesas com pessoal e encargos – contribuíram decisivamente para tanto.

Neste sentido, não se confirmou o esboço de recuperação das receitas, no início de 2011, com possibilidade de retorno à trajetória de crescimento nos mesmos patamares de antes da crise econômica mundial.

No que diz respeito ao ICMS, a despeito de ser a principal fonte de arrecadação própria estadual e do grande esforço de arrecadação promovido no pós crise, revelou ser essa uma receita insuficiente para fazer frente aos ciclos econômicos. Estudos preliminares realizados no âmbito do Programa de Mestrado em Economia da UFS sugerem que, em Sergipe, a receita deste tributo é pouco elástica com relação a variações na renda.

3.3 Finanças Públicas

Tabela 3.6 - Arrecadação ICMS e Transferências da União

	2011				2012
	jan	abr	jul	out	jan
ICMS					
Valor ^{1/} (R\$ milhões)	437,7	540,5	486,6	461,1	478,0
Varição real ^{2/} (%)	18,73	29,63	19,12	-11,39	1,95
Transferência União					
Valor ^{1/} (R\$ milhões)	613,8	828,3	868,2	926,8	735,0
Varição real ^{2/} (%)	8,78	2,35	23,22	11,97	11,81

Fonte: BCB

1/ Acumulado no trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Varição real do trimestre encerrado no mês em relação ao trimestre encerrado no mesmo mês do ano anterior (deflator, IPCA)

Tabela 3.7 - Necessidades de financiamento

	R\$ milhões					
	Resultado primário ^{1/}		Juros nominais ^{1/}		Outros ^{1/}	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
	jan/abr	jan/abr	jan/abr	jan/abr	jan/abr	jan/abr
Estado de Sergipe	-11,0	165,9	49,6	72,9	-76,8	-2,3
Governo Estadual	19,2	176,4	48,5	71,7	-0,2	-2,3
Aracaju	-34,6	-31,2	1,4	1,3	-76,7	0,0
Demais municípios	4,4	20,6	-0,3	-0,1	0,0	0,0

Fonte: STN

1/ Fluxo acumulado no ano

3. Economia Sergipana

Os esforços de arrecadação de IPTU, por sua vez, não têm atribuído a tal imposto papel relevante no financiamento dos municípios. Assim, os governos estadual e municipais permanecem fortemente dependentes das transferências da União.

As transferências da União, porém, se mostraram compensadoras das variações na arrecadação de ICMS (principal outra fonte de receita) apenas o suficiente para manter o valor nominal da soma das duas arrecadações, nos quatro trimestres que antecedem o mês de janeiro de 2012.

Assim, a permanecer o cenário em tela, em que o crescimento da economia brasileira acontecerá a passos lentos, gerando, assim, incrementos mínimos nos recursos a serem transferidos para estados e municípios, o governo do estado de Sergipe precisará tomar providências, em horizonte de tempo não muito distante, que reduzam seus déficits primários e o pagamento de juros.

Marco Antonio Jorge
Wagner Nóbrega

3.3 Finanças Públicas

Tabela 3.8 - Dívida líquida

	R\$ milhões				
	2009		2010		2011
	set/dez	jan/abr	mai/ago	set/dez	jan/abr
Estado de Sergipe	1.017,9	979,7	1.190,2	1.521,6	1.758,0
Governo Estadual	962,8	1.030,4	1.246,6	1.543,3	1.789,2
Aracaju	87,7	-22,2	-24,0	11,0	
Demais municípios	-32,7	-28,5	-32,3	-32,7	-12,2

Fonte: STN

3. Economia Sergipana

Em janeiro de 2012, as exportações e as importações sergipanas registraram cifras de US\$8,790 milhões e US\$12,976 milhões respectivamente, resultando em um saldo comercial deficitário de US\$4,186 milhões. Embora tenha sido um saldo negativo no corrente mês, quando observamos os valores acumulados trimestralmente (tabela ao lado), as exportações tiveram um salto significativo entre janeiro de 2011 a janeiro de 2012 (28,6%) e as importações um aumento de 14,32%. As variações trimestrais confirmam o bom desempenho das exportações sergipanas no ano de 2011, quando comparada ao mesmo período de 2010.

Os itens exportados continuam sendo o suco de laranja, açucares, calçados, frutas congeladas e óleos essências de laranja.

Com relação aos itens exportados, o valor exportado do suco de laranja, nesse começo de 2012 foi US\$6,465 milhões, representando 73,6% do volume exportado no mês e, são vendidos para a Holanda, Turquia e Bélgica. Os calçados representaram 6,2% do volume exportado, sendo comercializado para países da América do Sul (Peru, Bolívia e Colômbia). Os açucares representaram 14,1% e são adquiridos pela Rússia, Marrocos e Canadá. Os itens frutas congeladas e óleos essências de laranja tem uma representatividade menor na pauta das exportações sergipanas, com 1,5% e 1,4% respectivamente. As importações são listadas por cinco principais produtos: coque de petróleo, trigo, diidrogeno-ortofosfato de amônio, sulfato de amônio e aparelhos para filtrar líquidos. Voltando-se para às empresas exportadoras podemos destacar: Tropfruit, Maratá, Usina São José pinheiro, Azáleia e Frutaki.

Fernanda Esperidião

3.4 Balança Comercial

Tabela 3.9 - Exportação e Importação

	2011				2012
	jan	abr	jul	out	jan
Valor^{1/}(US\$mil)					
Exportação	28.301	20.522	32.425	41.258	36.389
Importação	48.621	86.614	95.065	61.513	55.583
Saldo	-20.320	-66.092	-62.640	-20.256	-19.193
Varição^{2/} (%)					
Exportação	70,3	64,6	74,9	69,2	28,6
Importação	38,7	77,0	91,0	25,5	14,3

Fonte: BCB

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/Varição do trimestre encerrado no mês em relação ao trimestre encerrado no mesmo mês do ano anterior

O setor de calçados é intensivo em trabalho, inclusive pode apresentar traços artesanais em sua produção. A maioria dos avanços tecnológicos do setor depende de seus fornecedores de componentes e de máquinas e equipamentos, a exemplo das indústrias química, têxtil e de bens de capital. Por conta disso, os esforços inovativos das empresas calçadistas são direcionados para design e desenvolvimento de produtos, buscando a diferenciação.

O principal player no mercado internacional de calçados nos anos 2000 foi a China, que liderou as exportações tanto em número de pares como em valor exportado. Isso porque desfruta de baixos custos de mão de obra, bem como do aproveitamento de economias de escala decorrente do elevado volume de produção. Ademais, a China vem realizando significativos investimentos nos últimos anos, e suas grandes companhias são capazes de produzir calçados caros, com sofisticada tecnologia (GUIDOLIN et al, 2010).

Diante desse contexto, os países desenvolvidos que perderam a competitividade na produção, principalmente pelo elevado custo do fator trabalho, permanecem desempenhando papel importante nessas indústrias por deterem ativos com maior capacidade de geração de valor, como o desenvolvimento de produtos e de marcas e a coordenação e o controle dos canais de marketing.

A estrutura produtiva da indústria calçadista no Brasil desenvolveu-se em uma base frágil, pois não acumulou importantes fatores de competitividade setorial, tais como capacitação no desenvolvimento de produtos, criação de marcas e estabelecimento de canais próprios de comercialização e distribuição. Adicionalmente, com sua especialização na produção de calçados de baixo custo, é difícil competir com a produção asiática em termos de preço, principalmente por causa do baixíssimo custo da mão de obra em países como China, Indonésia e Tailândia.

Em busca de melhorar sua competitividade, as grandes empresas brasileiras deslocaram sua produção para o Nordeste durante os anos 1990. Esse movimento foi marcado pela busca da redução dos custos de produção, principalmente relativos à mão de obra, bem como pela existência de incentivos fiscais, creditícios e de infraestrutura promovidos pelos estados nordestinos e pela posição favorável da região em relação aos principais mercados consumidores, tais como os Estados Unidos e a Europa.

Dessa forma, estabeleceram-se no Brasil dois padrões principais de organização das atividades produtivas. O primeiro, mais tradicional, baseia-se nas redes locais de produção formadas, sobretudo, por pequenas e médias empresas. Com destaque para a região do Vale dos Sinos (RS), especializada em calçados femininos, o polo de Franca (SP), especializado em calçados masculinos, e as cidades de Birigui e Jaú, no interior de São Paulo, especializadas, respectivamente, na produção de calçados infantis e femininos.

O segundo padrão de organização se constituiu no Nordeste por grandes empresas que se realocalizaram para enfrentar a concorrência internacional, conforme exposto acima (GUIDOLIN et al, 2010).

O Gráfico 1 ilustra a distribuição regional da cadeia produtiva de calçados brasileira, que envolve couros, componentes, máquinas e calçados. A região Nordeste destaca-se como o principal produtor nacional (44%), absorvendo 36% da mão de obra empregada no país, além de ser competitiva, já que é responsável por 71% dos pares exportados e 40% do valor exportado no país em 2010. Ao passo que a produção do Sul e Sudeste representam, respectivamente, 34% e 21% do total, inclusive empregam 37% e 26% das pessoas ocupadas na cadeia brasileira, bem como possuem juntas 89% das unidades produtivas, que exportam 28% dos pares e 59% do valor total exportado no Brasil. Enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste têm participações ínfimas.

A competitividade dos calçados brasileiros no mercado internacional depende das variações da taxa de câmbio. Com o real apreciado, os calçados perdem competitividade, notadamente os de menor valor agregado que concorrem com os produtos asiáticos em um mercado no qual o preço é crucial. Isso justifica a redução das exportações de calçados (13% em valor e 21% em volume de pares entre os anos 2010-2011), conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Brasil: Exportação de Calçados¹, por Estados Selecionados (2010-2012)

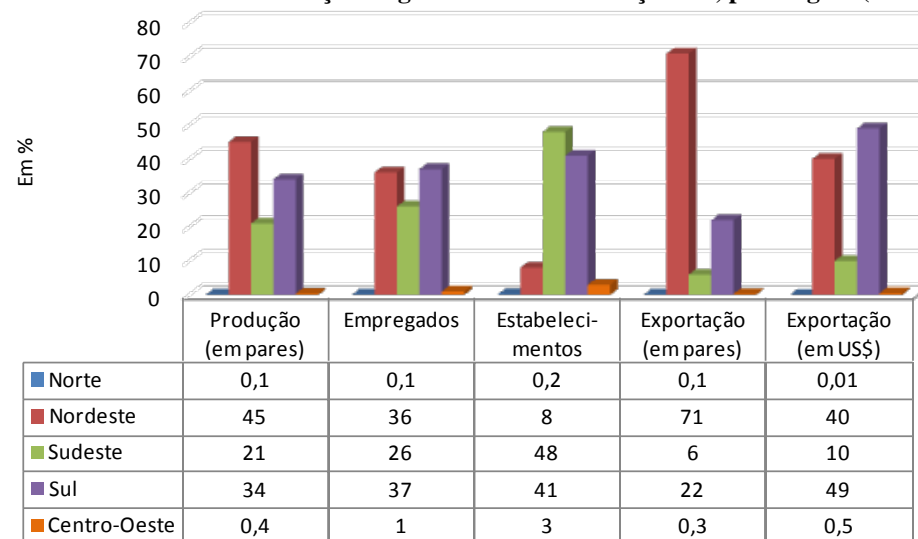
Estado	2010		2011		2012 ²	
	US\$	Pares	US\$	Pares	US\$	Pares
CE	400.552.377	63.930.306	351.578.524	45.119.426	70.058.340	11.862.868
PB	78.180.702	25.539.329	84.548.216	23.053.494	18.888.829	5.406.964
PE	5.920.773	2.938.489	6.523.752	3.240.991	1.467.908	725.808
SE	18.165.698	1.839.905	19.102.632	1.512.229	3.444.326	268.217
BA	91.199.029	7.478.350	77.967.081	7.107.024	10.426.685	718.539
MG	17.561.296	1.488.118	21.462.453	1.510.115	3.475.224	197.976
SP	130.950.695	6.881.233	124.873.012	5.736.904	15.320.036	665.969
PR	9.930.640	766.803	10.988.907	1.196.247	1.528.945	98.292
SC	9.002.160	813.547	8.306.394	526.431	1.233.182	119.813
RS	712.273.310	30.006.571	577.311.686	22.586.514	72.994.418	2.807.736
Outros	13.251.617	1.269.602	13.555.287	1.377.623	1.347.881	126.448
Brasil	1.486.988.297	142.952.253	1.296.217.944	112.966.998	200.185.774	22.998.630

Fonte: MDIC/SECEX. Adaptado de Abicalçados (2012a).

Notas: (1) Calçados compreendem os produtos classificados entre as NCMs grupo 6401 e 6405.

(2) Refere-se aos meses de janeiro e fevereiro.

Gráfico 1 – Brasil: Distribuição Regional da Cadeia Calçadista, por Região (2010)



Fonte: IEMI, MTE, MDIC/SECEX. Adaptado de Abicalçados (2012b).

Além disso, a concorrência externa está presente no mercado doméstico, já que nossas importações de calçados cresceram fortemente nos últimos anos. Outro aspecto relevante é a associação do crescimento do mercado interno durante os anos 2004-2008 com o recrudescimento da crise internacional em 2008, implicando diminuição das demandas americana e europeia, o que coloca o Brasil na condição de um importante alvo para as empresas produtoras de calçados asiáticos.

No que tange à competitividade dos Estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é um dos principais polos calçadistas do país, foi responsável pela maior parte do valor exportado durante os anos analisados na Tabela 1, sua participação nacional foi de 48% em 2010 e 45% em 2011. O Ceará estava no primeiro lugar do ranking do volume de pares exportados (40% em 2011) e na segunda posição em termos de valores exportados (27% em 2011). São Paulo figura como importante exportador no país, foi responsável por cerca de 10% do valor exportado e 5% dos pares de calçados brasileiros vendidos no exterior em 2011. Sergipe ampliou sua representatividade no biênio, passou de 1,2% para 1,5% em valores exportados, sendo o sétimo Estado que mais exportou calçados no país em 2011, mantendo essa posição no primeiro bimestre de 2012. Ademais, no primeiro bimestre de 2012, em geral, no que se refere à participação nacional, a performance da maioria dos estados selecionados variou pouco em relação aos dois anos anteriores.

Outro ponto que merece destaque é a relevância do mercado interno brasileiro, que se constitui em um dos pontos mais fortes da indústria de calçados nacional, visto que absorve cerca de 80% da produção nacional (CGEE, 2008), e vem apresentando trajetória de crescimento, em 2011, o consumo de calçados no mercado brasileiro cresceu 7%. Todavia, com a maior abertura econômica dos países, grande concorrência no mercado externo, o setor está cada vez mais vulnerável às condições do mercado externo.

Diante desse cenário, apesar das fragilidades do setor calçadista, o Brasil tem condições de ser competitivo no mercado internacional de calçados, pautando o desenvolvimento de sua indústria na agregação de valor aos produtos nacionais. Ademais, é cabível ação pública no sentido de adotar procedimentos de defesa comercial e de ação fiscal que vise combater a entrada de calçados ilegais.

Denisia Araujo Chagas Tavares

Referências Bibliográficas

Abicalçados – Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (2012a). Relatório de Exportação Brasileira de Calçados. Novo Hamburgo, RS: Abicalçados. Disponível em <<http://www.abicalcados.com.br/>>.

_____ (2012b). Resenha Estatística da Indústria de Calçados no Brasil em 2011. Novo Hamburgo, RS: Abicalçados. Disponível em <<http://www.abicalcados.com.br/>>.

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2008). Panorama setorial: cadeia coureiro, calçadista e artefatos. Série Cadernos da Indústria ABDI, v. III. Brasília: ABDI.

GUIDOLIN, Silvia Maria; COSTA, Ana Cristina Rodrigues e ROCHA, Érico Rial Pinto (2010). Indústria calçadista e estratégias de fortalecimento da competitividade. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, n. 31, p. 147-184.